



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM UMA CLASSE REGULAR: OBSERVAÇÕES DESSA EXPERIÊNCIA

Chryсна Gabriella Pereira Morais⁴³
(UESB)

Edinaldo Medeiros Carmo⁴⁴
(UESB)

RESUMO

A trajetória da educação dos surdos aponta que desde muito tempo, pelo fato de serem privados de um dos sentidos, eles vêm sendo subjugados pela sociedade ouvinte. Diversos autores defendem que as crianças com necessidades especiais sejam atendidas no ensino regular, por meio da Língua de Sinais (Libras), baseada em línguas gestuais/visuais. Esse trabalho teve como objetivo analisar a inclusão de alunos surdos em uma classe regular de uma escola estadual de Vitória da Conquista, investigando as principais dificuldades nessa inclusão. O estudo foi realizado em uma turma de oitavo ano do Ensino Fundamental, na qual foram realizadas observações com registro em diário de campo. Os resultados confirmaram aspectos já abordados na literatura, tais como a dificuldade de aprendizagem dos surdos, a ausência de recursos didáticos e metodológicos para viabilização da aprendizagem e a importância da Libras no processo de inclusão do surdo na rede regular de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Língua de Sinais, Surdos.

* Mestranda, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. gabriella_morais@hotmail.com.

**Doutor, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. medeirosed3@yahoo.com.br

43

44



INTRODUÇÃO

O ingresso do surdo na escola regular traz para ele um grande dilema: a barreira da comunicação. E, embora os estudos na área de educação de surdos tenham aumentado significativamente, muitos surdos não frequentam escolas, possuem muita dificuldade de aprendizado e poucos terminam o Ensino Médio.

Esse artigo focaliza uma experiência de inclusão de alunos surdos em uma escola regular da rede estadual que utiliza da Língua Brasileira de Sinais (Libras), investigando as principais dificuldades nesse processo. Gleria (2010), afirma que a Língua de Sinais é capaz de possibilitar o desenvolvimento linguístico e cognitivo dos alunos surdos, permitindo a sua interação com o mundo a sua volta.

O interesse pelo tema surgiu no início do ano letivo de 2009, quando lecionei em determinada escola privada, na qual estudava uma aluna do Ensino Fundamental portadora da surdez. O que me despertou para o assunto não foi somente a presença da aluna na mesma classe dos ouvintes, mas saber que não era de interesse da família que a Libras fosse a comunicação utilizada.

Foram muitas as dificuldades que essa aluna surda apresentou no decorrer do ano letivo, assim como eu, professora de Ciências, enfrentei na busca de possibilitar a sua inclusão naquela classe regular.

Intrigava-me o fato de as especificidades dos surdos serem negligenciadas, considerando a simples presença da aluna surda entre ouvintes como inclusão, mesmo sabendo que não eram dadas a ela condições de aprendizagem que reconhecessem suas limitações. Nessas condições coube a minha reflexão sobre a qualidade do ensino proporcionado nessa escola regular e como um intérprete de Língua de Sinais poderia auxiliar nesse processo.

Essa pesquisa se propôs a investigar a inclusão do aluno surdo na escola regular, identificando alguns desafios presentes em classes bilíngues. Diante disso, neste texto apresento uma abordagem sobre a Educação de Surdos, a Inclusão e a Língua de Sinais,



apontando algumas das dificuldades de aprendizagem e interação dos surdos em classes regulares.

Pretende-se com esse artigo trazer contribuições para a reflexão acerca de práticas inclusivas para alunos surdos, de forma a corroborar para que os direitos dos surdos sejam assegurados e que eles possam ser de fato compreendidos.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

De acordo com Moura (1993) *apud* Zyche(S/D), na antiguidade a ausência da fala era um entrave para o desenvolvimento da linguagem e, por isso, os surdos eram tidos pelos gregos e romanos como imbecis e/ou relacionados a "interferências sobrenaturais". Aristóteles defendia a linguagem como algo essencial na condição de humano para o indivíduo e desde muito tempo, os surdos eram subjugados a língua oral.

Em meados do século X a.C, era permitido que os recém-nascidos com alguma debilidade ou alguma espécie de má formação fossem lançados ao monte Taigeto. Muitas crianças nascidas com alguma deficiência eram também deixadas pelas estradas até que morressem.

Por muito tempo, as crianças dotadas de necessidades especiais foram tidas como irracionais. Por esse motivo, eram obrigadas a realizarem os trabalhos mais pesados e viviam abandonados à própria sorte. Segundo Dias (2006), as atividades agrícolas eram consideradas as mais apropriadas aos surdos, por exigirem menos esperteza e porque havia na lavoura, a carência de braços que suprissem a escassez de escravos.

Até o final do século XV, por serem considerados "incapazes de serem ensinados", os surdos não tinham acesso as escolas. Segundo Lacerda (1998) *apud* Oliveira (S/D), nesse século não havia ainda escolas especializadas para os surdos, vindo a surgir posteriormente, com o propósito de assegurar heranças e títulos de nobreza. Os trabalhos desenvolvidos por esses pioneiros no ensino para surdos foi um marco para o



rompimento da ideia de incapacidade dos surdos. Segundo Zych (S/D), é no século XVI que começa a surgir a ideia de que a ausência da fala não lhes impede de aprender.

No século XVIII, o francês Charles Michel de L'Épée criou um meio de comunicação para os surdos que se baseava na utilização de sinais manuais, o método foi amplamente disseminado por toda a Europa, até que surgisse então, outro que tinha como base a leitura labial, o método oral (DIAS, 2006).

De acordo com Rodrigues (S/D), a partir dos anos 1980, mudanças históricas, tais como o reconhecimento dos surdos como uma minoria linguística e cultural, os estudos sobre as línguas de sinais e o paradigma inclusivo, tornaram possível a criação de novas propostas para a educação de surdos.

Embora seja reconhecida a importância da utilização da língua de sinais para a comunicação dos surdos, vez que essa é a sua língua natural, muitas ideias persistem ainda hoje em oposição à utilização dessa língua. É preciso que o surdo seja compreendido como um ser que se comunica por outro canal e não como alguém que precisa superar a falta da audição.

O MOVIMENTO DE INCLUSÃO E O BILINGUISMO NO BRASIL

Um grande passo para a história da educação de surdos foi em 26 de setembro de 1856, com a criação do Instituto de Surdos-Mudos. O fundador foi o professor surdo francês Ernest Huet, que tinha vindo ao Brasil para trabalhar na educação de surdos.

De acordo com Reis (1992) *apud* Dias (2006), o convite teria vindo do Imperador D. Pedro II, cujo interesse pela educação de surdos no Brasil fora despertado porque a princesa Isabel tinha um filho surdo. O Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM) oferecia somente 35 vagas para uma demanda de 11.595 surdos e mudos e dispunha de regras próprias na disciplina dos alunos.

Existia, naquele tempo, a disciplina intitulada como "Leitura sobre os Lábios", porém, ela era estudada apenas pelos alunos que apresentassem aptidões para o



desenvolvimento da linguagem oral. Como não havia ainda professores especialistas, a oralização era feita por professores ditos “comuns”.

Em 1911, o INSM passa a ser chamado Instituto Nacional dos Surdos (INS) e torna-se proibido em sala de aula a utilização da Língua de Sinais, ganhando força o treinamento da fala (método oral puro ou Oralismo). Como medida para evitar que a língua de sinais fosse utilizada, o instituto acaba por proibir o contato entre os alunos mais velhos e os recém-chegados. Porém, isso não foi suficiente para evitar o uso da Língua de Sinais (DIAS, 2006).

Em 1957 houve também a criação de campanhas, dando início à participação do Poder Público na consolidação da educação especial. A primeira delas foi intitulada como Campanha para a Educação do Surdo, com o propósito de superar as dificuldades impostas pela educação especial. No governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, teve prioridade a melhoria do atendimento ao deficiente. Foi então criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), deixando de existir a Campanha Nacional da Educação dos Surdos (SOUZA, 2002).

Segundo Mittler (2003) *apud* Gleria (2010), o movimento de inclusão teve início no Brasil por influência de dois eventos mundiais: o primeiro foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em 1990, em Jomtien (Tailândia). Tal movimento teve como objetivo discutir o desenvolvimento de uma política educacional de qualidade que se direcionasse a todos os alunos. O segundo movimento foi o de Necessidades Educativas Especiais (Conferência de Salamanca), em junho de 1994, na Espanha. Reunidos os diversos governos e organizações internacionais, o encontro reafirmou o compromisso para com a Educação para Todos, através do reconhecimento “[...] da necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1).

Nesse novo contexto, muitas mudanças ocorreram e deu-se início a muitas pesquisas e estudos relacionados ao desenvolvimento do deficiente auditivo. A partir da



Declaração de Salamanca, as políticas de diretrizes da Educação Especial começaram a fortalecer a proposta da inclusão.

A Conferência de Salamanca constituiu-se um marco histórico para a Educação Inclusiva no Brasil, pois teve uma grande abordagem sobre a necessidade de preparação da escola, do corpo docente, do espaço físico, do material didático, entre outros. Segundo Gleria (2010), o movimento teve importância ainda por incluir os alunos excluídos socialmente tornando possível a aprendizagem a todos.

Hoje, muitas instituições governamentais e a própria população tem mostrado preocupação com a inclusão. Dessa forma, a educação de surdo ganhou força através de ações que buscam promover a inclusão social, assegurando o respeito e a dignidade das pessoas surdas.

No intuito de promover a inclusão de crianças com necessidades especiais, é fundamental uma postura mais responsável do governo, capacitando os profissionais e oferecendo-lhes os recursos indispensáveis para a superação de barreiras na promoção da educação especial, além de mudanças curriculares, capazes de reconhecerem as peculiaridades do alunado.

A EDUCAÇÃO DE SURDOS E A LÍNGUA DE SINAIS

Nesta seção apresento uma abordagem baseada nas investigações de Lev Semenovich Vygotsky, cuja obra é de fundamental importância ao elucidar o desenvolvimento psicológico e a educação de pessoas com deficiência.

Foi o contato com crianças com problemas congênitos que despertou em Vygotsky o interesse pela psicologia acadêmica. A partir de então, o autor se dedicou a buscar alternativas que pudessem auxiliar no seu desenvolvimento. Um dos primeiros autores a reconhecer a Língua de Sinais como língua natural dos surdos e seu instrumento de pensamento, Vygotsky é tido como o pioneiro contra o oralismo (GLERIA, S/D).



De acordo com Gleria (S/D), considera-se que a linguagem é o fator diferenciador entre o humano e os outros animais. Por esse motivo, Vygotsky considerava surdez como grande causadora de danos ao indivíduo. Porém, o autor afirma que o que diferencia a criança surda e a ouvinte é o fato de que o indivíduo surdo possui outro canal de comunicação, o visual-manual.

Góes (1996, p.35) *apud* Rodriguero (S/D) defende a ideia de que a “[...] deficiência não torna a criança um ser que tem possibilidades a menos; ela tem possibilidades diferentes”. Afirma ainda que “[...] a linguagem não depende da natureza do meio material que utiliza, mas o que é importante é o uso efetivo de signos, seja qual for a forma de realização, desde que possa assumir o papel correspondente ao da fala” (1996, p.35).

Como um ser social, Vygotsky considera que o homem aprende através do convívio com outras pessoas (GLERIA, S/D). Portanto, o autor afirma ser ideal que as crianças com necessidades especiais, o que inclui as crianças surdas, sejam atendidas no ensino regular, opondo-se à escola especial, que priva o indivíduo do convívio com outros indivíduos, que poderiam contribuir para seu desenvolvimento cognitivo.

Diante da surdez, tem fundamental importância a incorporação da língua de sinais, por possibilitar condições mais adequadas que favoreçam as relações interpessoais, essenciais no funcionamento nas áreas cognitiva e afetiva, afirma Vygotsky (1989) *apud* Rodriguero (S/D).

As Línguas de Sinais são naturais das Comunidades Surdas e consistem em línguas gestuais-visuais. Através de sinais aliados a expressões corporais e faciais, essas línguas são capazes de expressar pensamentos que, uma vez captados pela visão, são decodificados a partir dos contextos nos quais são utilizados. Elas possibilitam o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda, viabilizando a acessibilidade das mesmas aos conceitos e aos conhecimentos existentes na sociedade.

Bartnikowsky (2009) afirma que uma das vantagens da Língua de Sinais é que ela proporciona o desenvolvimento do centro cerebral da linguagem nos surdos, o que



segundo o autor, lhes possibilitam o desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional. Além do mais, é através da linguagem de sinais que o surdo pode construir seus significados e elaborar conhecimentos, e ao se identificar com os outros, entende-se como parte da comunidade.

A PESQUISA

Dadas as estratégias escolhidas para coleta de dados, essa pesquisa tem natureza qualitativa, que para Ludke & André (1986), tem dados predominantemente descritivos e é indutiva, cabendo ao pesquisador desenvolver ideias a partir da interpretação dos dados. Devido ao pequeno número de sujeitos envolvidos, a pesquisa assumiu caráter de estudo de caso.

Este estudo foi realizado no Colégio Estadual Abdias Menezes em Vitória da Conquista, Bahia. A escolha desse colégio como ambiente de pesquisa surgiu de visitas na graduação, que me fizeram perceber a existência de surdos em turmas inclusivas, não muito comumente visto na rede regular de ensino. Existe na escola um projeto do Ministério da Educação (MEC) intitulado Educar para a Diversidade, que tem contribuído para a aprendizagem desses alunos surdos, driblando as suas maiores dificuldades. Assim, o colégio possui uma sala específica para os alunos surdos, onde esses recebem melhor atendimento do professor.

As turmas inclusivas funcionam nos três turnos, havendo em média cinco alunos surdos para cada turma inclusiva. No período da pesquisa, a escola tinha sete intérpretes, cedidos pela Secretaria da Educação (SEC).

A pesquisa foi realizada com uma turma de oitavo ano do Ensino Fundamental, no turno matutino, do Colégio Estadual Abdias Menezes, em Vitória da Conquista, Bahia. No total, estavam 32 alunos matriculados, sendo dois de inclusão. Foram sujeitos da pesquisa alunos surdos, ouvintes e professores dessa classe bilíngue.



O trabalho de campo compreendeu um período de observação para reconhecimento do espaço escolar e, posteriormente, de observação de alunos surdos no contexto da sala de aula. O material de estudo consistiu de diário de campo, servindo como meio de registrar impressões acerca de acontecimentos típicos desta classe, além dos aspectos estruturais relevantes do ambiente estudado. Em busca de direcionar a pesquisa em campo para aspectos específicos foi feito um roteiro, utilizado nas observações.

Na realização desse estudo, de início foram realizadas algumas visitas e, posteriormente, durante dois meses foram feitas as observações em sala de aula, com duração de uma hora/aula. A fim de se avaliar momentos distintos durante as aulas, as observações se deram em horários aleatórios.

Após a coleta de dados, foi realizada a transcrição e análise dos mesmos, buscando-se ser fidedigna às informações coletadas, que foram utilizadas na posterior análise dos resultados. As informações obtidas através da Libras foram transcritas para o português escrito através do auxílio do professor intérprete.

Relato nesse artigo as observações das aulas definindo-as como episódios, que foram brevemente descritos, apontando os principais acontecimentos de cada um. A partir disso, busco discutir aspectos importantes na inclusão de surdos no ensino regular.

EPISÓDIO 1: DIA DE AVALIAÇÃO

Era um dia de avaliação da disciplina de História. Nesse dia, apenas um dos alunos surdos esteve presente. A intérprete acomodou o aluno surdo na primeira cadeira da fila e em seguida, sentou-se de frente para ele. As instruções para a prova são anotadas no quadro pela professora e a intérprete, então, traduz para o aluno surdo.

Recordei-me da orientação da escola que lecionei para que fosse elaborada uma prova específica para a aluna surda. Ao analisar aquela prova de História, verifiquei que



diferentemente da metodologia que eu havia adotado alguns anos atrás com a aluna surda, os alunos ouvintes e surdos respondem provas iguais, sem modificações na estrutura das questões na prova para os surdos.

A primeira questão da prova trazia uma figura pequena, sendo necessária uma explicação sobre o significado da mesma, que foi traduzida pela intérprete. Nesse momento, ela me esclareceu que aquele aluno surdo não detinha o domínio da leitura, o que dificulta o entendimento da frase. É comum situações nas quais o aluno conhece o sinal que representa a palavra, mas não consegue escrevê-la utilizando a codificação convencional do português, pois apresenta dificuldade na ortografia.

Um dos desafios para o professor de surdos é entender como a informação está sendo processada e compreendida pelo aluno. Em sua pesquisa com professoras da escola especial, Nascimento (S/D) citou as maiores barreiras a serem superadas na educação de surdos. Para ele, pode-se resumir no pouco domínio que os mesmos possuem da língua de sinais, na atuação de profissionais na educação inclusiva sem o devido preparo e no predomínio de pedagogias que desfavorecem o aluno surdo, através de didáticas inadequadas, sobretudo, no que se refere aos recursos utilizados nas aulas.

Nesse sentido, é preciso buscar metodologias de ensino para o desenvolvimento do aluno com deficiência, dentro de suas possibilidades. Isso porque a inclusão não se resume a uma mera ocupação de mesmo espaço escolar entre surdos e ouvintes, mas no oferecimento do ensino de qualidade. Assim, torna-se imprescindível o poder público assumir o compromisso de capacitar os profissionais da educação, proporcionando-lhes os recursos necessários para transpor as dificuldades de aprendizagem e inclusão do aluno surdo, pois a promoção da inclusão é fator primordial para a superação de barreiras na educação especial.



EPISÓDIO 2: A AULA DE INGLÊS

O aluno surdo senta-se novamente na primeira cadeira. A professora de inglês explica sobre um projeto que acontecerá na escola: “O uso eficiente do celular no contexto da sala da escola”. Iniciando a discussão sobre o uso do celular, ela questiona aos alunos quais deles possui celular. O surdo afirma também ter o aparelho. Direcionando-se ao aluno surdo, a professora ressalta que as estratégias para utilização do aparelho tornam-se diferentes por tratar-se de alunos com surdez. Posteriormente, a professora entrega um pequeno texto e começa a lê-lo para os alunos. Os ouvintes se envolvem e colaboram de forma participativa e o surdo aparenta interesse pelo assunto em questão. Observo nesse momento que a intérprete lê e interpreta todo o texto para o aluno, demonstrando mais uma vez a dificuldade de leitura e compreensão do texto convencional que ele possui.

No segundo momento, a professora faz orientações sobre o trabalho que será realizado para o projeto e a intérprete traduz para o aluno. Ela se dirige para intérprete e esclarece que, embora o aluno surdo não compreenda a pronúncia, pode identificar palavras em inglês. Aproxima-se do aluno e demonstra o interesse de que ele também se dedique a realização dessa atividade.

Um fato me chamou mais atenção nessa aula. Ao me ver observar em silêncio, um aluno que acabara de entrar fica curioso pra saber se eu sou ou não ouvinte. Porém, o que me surpreendeu não foi a sua curiosidade, mas as palavras que ele usou, questionando se eu era surda ou era “normal”. Nesse momento, a intérprete responde que sou ouvinte, mas ressalta o quanto as expressões e atitudes direcionadas aos surdos são dotadas de preconceito, embora dividam o mesmo espaço e se discuta tanto o respeito às diferenças e a inclusão social.

A literatura sobre a temática defende a convivência dos alunos surdos com sua comunidade surda como um fator essencial porque lhes possibilita a construção da sua fala - linguagem de sinais - sua identidade e cultura. Ao mesmo tempo, é essencial o seu



convívio com os ouvintes, pois possibilita o desenvolvimento cognitivo desses indivíduos. Ainda que na mesma classe, nessa pesquisa raras vezes houve interação entre surdos e ouvintes. Porém, dividir o mesmo espaço de sala de aula já corrobora pra que essas relações se estabeleçam.

Desde muito tempo, pelo fato de serem privados de um dos sentidos, os surdos vem sendo discriminados pela sociedade ouvinte. No entanto, a surdez é um aspecto natural para os surdos. O problema não está em como eles se veem, mas como são vistos pela sociedade ouvinte.

EPISÓDIO 3: A AULA DE PORTUGUÊS

A aula agora é sobre ortografia. Nessa aula apenas um dos surdos esteve presente. Ele não fez a atividade da aula passada. Justifica para a intérprete não ter tido auxílio para fazê-la. A professora aproveita a situação para atentá-lo sobre a necessidade de conquistar a sua independência. Não desconsidera a dificuldade, mas valoriza a questão de que o aluno surdo possua determinação e que tivesse tentado, mesmo que não conseguisse fazer.

Segundo a intérprete, é comum os alunos surdos não cumprirem as atividades, pela falta de apoio, incentivo e outras vezes, a própria desmotivação. Além de não realizarem as atividades propostas para casa e em sala, é comum limitarem-se a copiar os conteúdos.

Diversos momentos a intérprete se aproxima do aluno surdo para auxiliá-lo. Nessa aula, tendo a professora devolvido as provas feitas em aula anterior, a intérprete aponta para o aluno surdo os erros que ele havia cometido. Além disso, ela utiliza o quadro indicando algumas anotações feitas pela professora sobre as questões dessa avaliação.

Visto que os surdos não conseguem articular as palavras, é preciso traduzir a fala da professora e, além disso, quase sempre organizar as palavras para o aluno surdo. A



intérprete relatou sobre a maior dificuldade para o surdo em algumas disciplinas, por exemplo, Ciências.

Como explicou a intérprete, nem todos os órgãos que compõem o corpo humano possuem sinais na linguagem específica, no caso Libras, o que torna difícil a compreensão pelo aluno surdo. Na ausência de um sinal para a palavra ou expressão, segundo ela, costuma-se usar referência de partes que a constitua.

Para a intérprete, uma das maiores dificuldades enfrentadas é a ausência de recursos visuais para demonstrar determinados conteúdos, sobretudo em Ciências. Isso reforça inclusive, que é preciso rever as metodologias utilizadas, de forma a reconhecer as peculiaridades do alunado surdo.

CONCLUSÕES

A luta pela educação dos surdos se reflete em sua própria trajetória. Foram desde muito tempo desprovidos do acesso às escolas devido à ausência da fala. Aos poucos, foram se reafirmando como uma comunidade detentora de outra língua, rompendo com a ideia de que fossem incapazes de aprender. Nesse processo, alguns marcos tiveram grande importância, como a criação de Campanhas, iniciando a participação do Poder Público e a Conferência de Salamanca, na qual foi reconhecida a necessidade e urgência da educação especial dentro do sistema regular de ensino.

Este estudo mostrou que os surdos apresentam dificuldades no processo de aprendizagem, principalmente na ortografia e articulação das palavras. Segundo a intérprete, uma das estratégias metodológicas que viabilizam a aprendizagem do surdo é o uso de recursos visuais. No entanto, foi observado o predomínio de metodologias que desfavorecem o aluno surdo. E que, embora dividam o mesmo espaço, o desrespeito às diferenças ainda está presente mesmo em salas inclusivas.



A educação inclusiva se concretiza a partir do momento em que os sistemas educacionais se reorganizam, assegurando a permanência do aluno especial. Dessa forma, é a escola que deve criar condições para que o aluno surdo consiga aprender.

Diante da dificuldade em promover o aprendizado dos surdos na escola regular, reafirma-se a necessidade da maior demanda na formação de intérpretes, através de parcerias das instituições de ensino e o Poder Público. A comunidade surda tem requerido também que disciplinas abordando a língua de sinais sejam incorporadas nos currículos dos cursos superiores da formação de médicos, fonoaudiólogos e todos os outros profissionais que lidam com surdos.

Diversas instituições vêm se dedicando a formar intérpretes de Libras, no entanto, o número é ainda insuficiente para a quantidade de alunos surdos. Vale ressaltar que mesmo diante da necessidade do intérprete de Libras no processo educacional, esses profissionais ainda assim são desvalorizados. Como verificado durante a pesquisa, os intérpretes são sujeitos indispensáveis na relação de ensino-aprendizagem por serem mediadores entre educador e educando. Assim, por vezes, os alunos surdos deixaram de assistir aula devido à ausência do intérprete na sala de aula.

Por fim, ressalto que na realização dessa pesquisa encontrei a surda que havia sido minha aluna na escola regular, onde não havia intérprete de Libras e ela era a única portadora de surdez. E que a propósito, me induziu a estudar a inclusão de surdos no sistema regular de ensino. Recordo-me das tantas dificuldades de aprendizado que ela possuía e, principalmente, como era mínima a sua interação com os outros alunos. Percebi nos intervalos de aula o quanto havia modificado em suas relações com os colegas, estabelecendo diálogos através da Língua de Sinais.

Dessa forma, conclui-se que a promoção da educação inclusiva, além do reconhecimento da capacidade dos surdos de aprender em classes regulares e estabelecer relações com outros surdos e ouvintes, requer o apoio do poder público, através de ações que assegurem a formação profissional, salários dignos, e materiais didáticos adequados, reconhecendo as diferenças entre os indivíduos.



REFERÊNCIAS

- BARTINIKOWSKY, Fabiane. **Uma discussão sobre a importância da língua de sinais na educação do surdo no CEJA**. IFSC: Joinville, 2009.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2010.
- DIAS, V. L. L. **Rompendo Barreira do Silêncio**: Interações de uma aluna surda incluída em uma classe do ensino fundamental. Dissertação de Mestrado Faculdade de Educação/UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.
- GLERIA, T; FERREIRA, M.C.F.D. A interação entre dois alunos surdos e uma intérprete durante uma aula de língua inglesa. In: **Odisséia**, Natal, n. 5 jan/jun. 2010.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- NASCIMENTO, M. das G. C. de A; SILVA, Y. R. O. C.; ANTUNES, A. L. O trabalho docente na contemporaneidade: a educação de surdos como desafio. In: **Anais 33ª Reunião Anual da Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em Educação ANPED**. Caxambu. Educação no Brasil: o balanço de uma década, 2010.
- OLIVEIRA, S. F. **Letramento de alunos surdos em Classe Bilíngue**: Possibilidades e Desafios. Dissertação(Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <repositorio.bce.unb.br/bitstream/.../2008_Sonia%20FDeOliveira.pdf>. Acesso em: 23 ago.2010.
- RODRIGUERO, C. R. B. **O desenvolvimento da Linguagem e a Educação do Surdo**. Psicol. estud., Maringá, v. 5, n. 2, 2000 .
- RODRIGUES, C. H. **Diferença linguística e cultural na perspectiva da inclusão**: padrões interacionais e aprendizagem na sala de aula. In: 33ª Reunião Anual da Anped, 2010, Caxambú. Educação no Brasil: o balanço de uma década. Caxambú: Anped, 2010b. v. 1. p. 01-17
- SOUZA, E.; MACÊDO, J. R. **Inclusão social do surdo**: Um desafio à sociedade, aos profissionais e a educação. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciência da Educação -Departamento de Pedagogia), UNAMA, Belém, 2002.
- TARTUCI, D. **O aluno surdo na escola inclusiva**: ocorrências interativas e construção de conhecimentos. Trabalho apresentado na 25ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, MG, 29 de setembro a 2 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/25/duceriatartucit15.rtf>>. Acesso em: 20 ago. 2010
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

ZYCH, A. C. **A resignificação da Libras pós decreto.** Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais17/txtcompletos/sem03/COLE_3409.pdf>. Acesso: em 22 ago. 2010.